



ATAQUES DO GOVERNO BOLSONARO CONTRA OS SERVIÇOS PÚBLICOS E A EDUCAÇÃO

MARÇO 2020

SINASEFE-SP

O QUE ESTÁ EM PAUTA?

- 1) REFORMA ADMINISTRATIVA
- 2) PLANO MAIS BRASIL:
 - PEC EMERGENCIAL
 - PEC PACTO FEDERATIVO
 - PEC FUNDOS PÚBLICOS
- 3) LOA (Lei Orçamentária Anual)
- 4) CIRCULAR 08/2020 SPO/MEC
- 5) MP 914/2019
- 6) FUTURE-SE



REFORMA ADMINISTRATIVA



**A REFORMA ADMINISTRATIVA
PRETENDE MUDAR OS DIREITOS DOS
FUTUROS SERVIDORES FEDERAIS.**

O governo quer que o servidor mais antigo pense individualmente: “Ah! Não é comigo, só vai atingir os novos. Não preciso lutar porque não serei afetado.”

Esta é a armadilha para enfraquecer a luta agora, mas que custará caro para os mais antigos adiante.

REFORMA ADMINISTRATIVA

As propostas ainda não foram detalhadas, mas os pontos adiantados pelo governo nos últimos meses incluem a **revisão dos salários iniciais**, a **redução no número de carreiras** e o **aumento no prazo para o servidor atingir a estabilidade**.

- **Salários menores:** Redução do salário de entrada e reestruturação da progressão - aproximar à iniciativa privada

A estabilidade seria conquistada mediante uma avaliação de desempenho. Quem não cumprir os requisitos mínimos não ficaria no cargo antes do prazo mínimo.

Inicialmente, o governo pretendia esticar, de três para dez anos, o prazo para o empregado público conquistar a estabilidade. Há duas semanas, no entanto, o ministro da Economia, Paulo Guedes, informou que a versão mais recente do texto deve definir um tempo variável, de **cinco a oito anos, de acordo com cada carreira**.

PLANO MAIS BRASIL

PEC EMERGENCIAL

Aprofunda os ataques contra os vencimentos dos servidores públicos através das limitações impostas pelo "Teto de Gastos" e a "Regra de Ouro".

PEC PACTO FEDERATIVO

Seus elementos podem ser sintetizados pelos lemas: desobrigar, desvincular, desindexar.

PEC DOS FUNDOS PÚBLICOS

Extinção de todos os fundos públicos da União, Estado e Municípios.

PEC EMERGENCIAL

Funcionários públicos não poderão mais ser promovidos, com exceção de promoções que impliquem alteração de atribuições e aquelas de carreira militar ou policial. Assim, por exemplo, fica vedada a promoção por tempo de serviço;

Fica **vedada a realização de concursos** e a criação de cargos públicos, assim como o **reajuste de salários**.

Cria a Emergência Fiscal: gatilho será acionado com autorização do Congresso quando a chamada “Regra de Ouro” for descumprida;

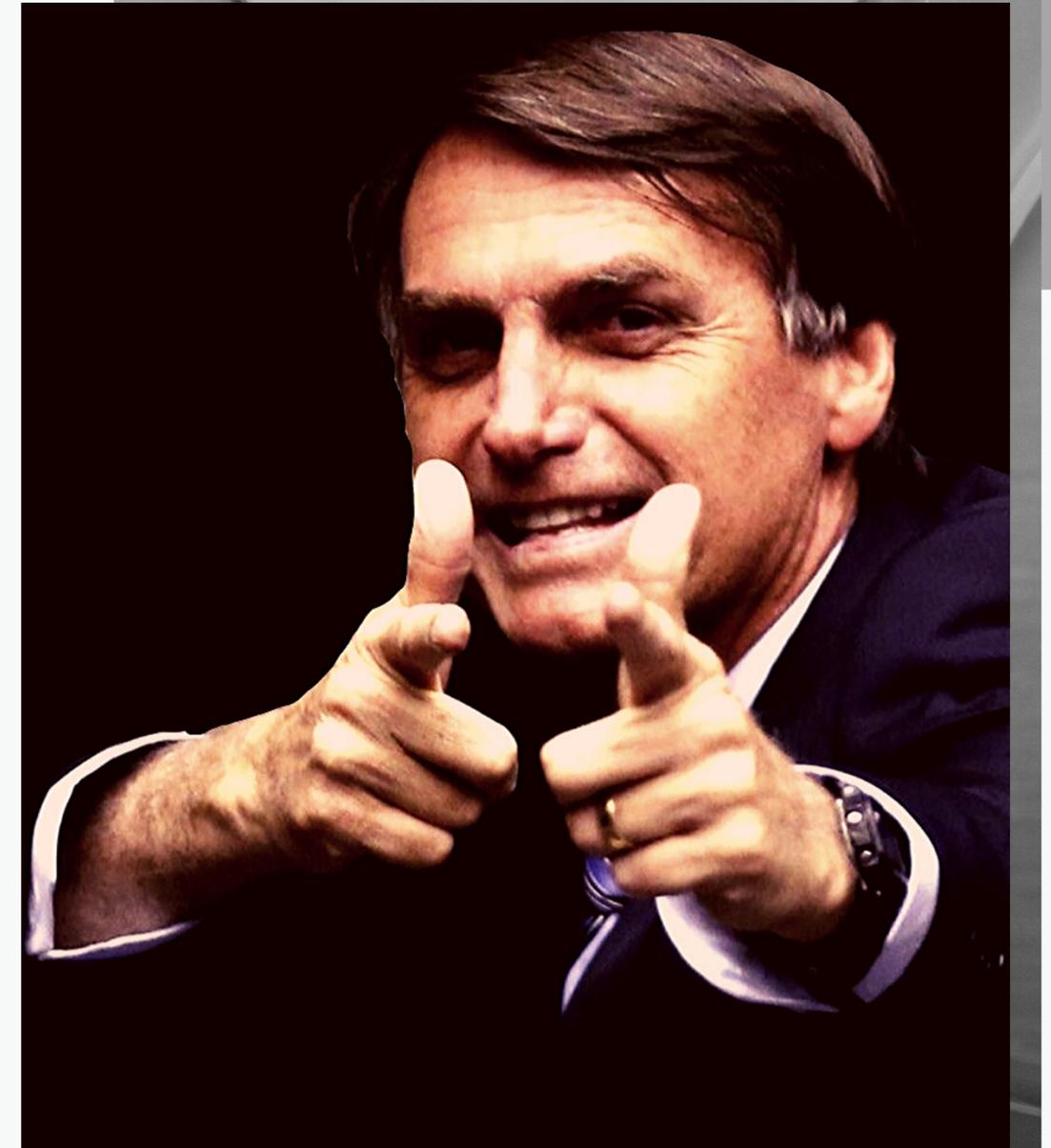
Com o gatilho, a carga horária de funcionários públicos poderá ser reduzida em até 25%, com consequente redução salarial;

PEC EMERGENCIAL

Bloqueio de novos auxílios, bônus e benefícios para servidores públicos;

Se houver excesso de arrecadação ou superávit financeiro (se o dinheiro arrecadado no ano vigente for maior do que as despesas previstas para o próximo ano), o excedente será reservado para o pagamento das dívidas públicas;

25% do valor economizado com a redução de despesas obrigatórias deverá ser aplicado em obras públicas de infraestrutura.



PEC PACTO FEDERATIVO

Investimento/Gasto em Saúde e Educação: a proposta da PEC é de unificar o piso dos gastos com Saúde e Educação para a União, estados e municípios. Isso significa que não existirá mais um mínimo para cada área e sim um mínimo geral;

No caso de estados e municípios, 25% da receita arrecadada com impostos deve ser gasta com Educação, para a União esta parcela é de 18%. Para a Saúde, em estados o valor é de 12% da receita e para municípios é de 15%;

Art. 212 Constituição de 1988 trata da obrigatoriedade das despesas em Educação.

PEC FUNDOS PÚBLICOS



Com a “PEC dos Fundos” o objetivo é extinguir 281 fundos públicos e criar um grande fundo de abatimento da dívida pública e remuneração do sistema financeiro. Com esta proposta o governo irá enriquecer ainda mais os banqueiros com recursos públicos.

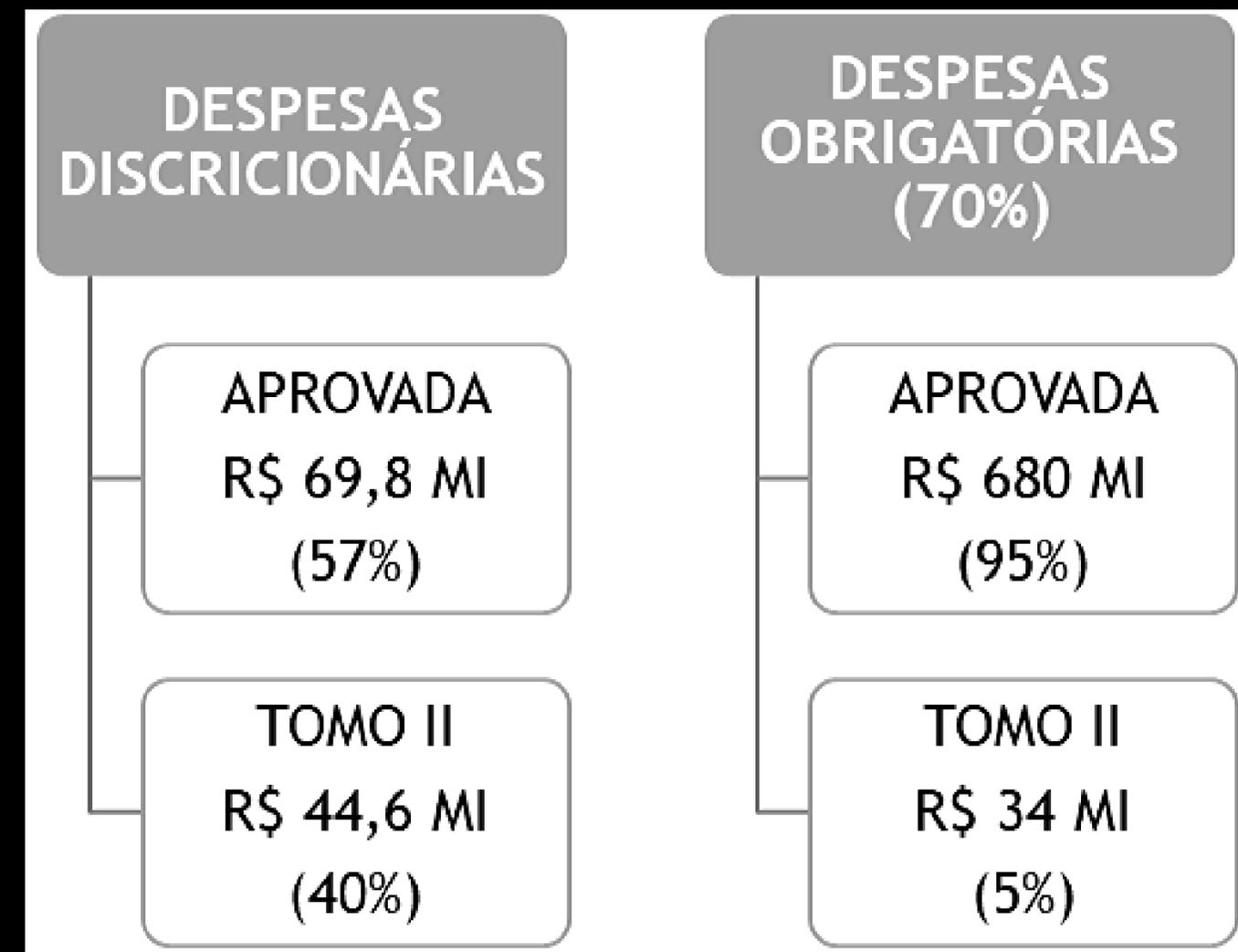
Entre as reservas que podem acabar, o governo citou o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade e o Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento, ligados à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

LOA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

IMPACTOS: Assistência Estudantil, Bolsas, Acervo Bibliográfico, Equipamentos, Computadores, Softwares, Visitas Técnicas, Manutenção e Custeio etc

LOA 2020



FONTE: Tesouro Gerencial

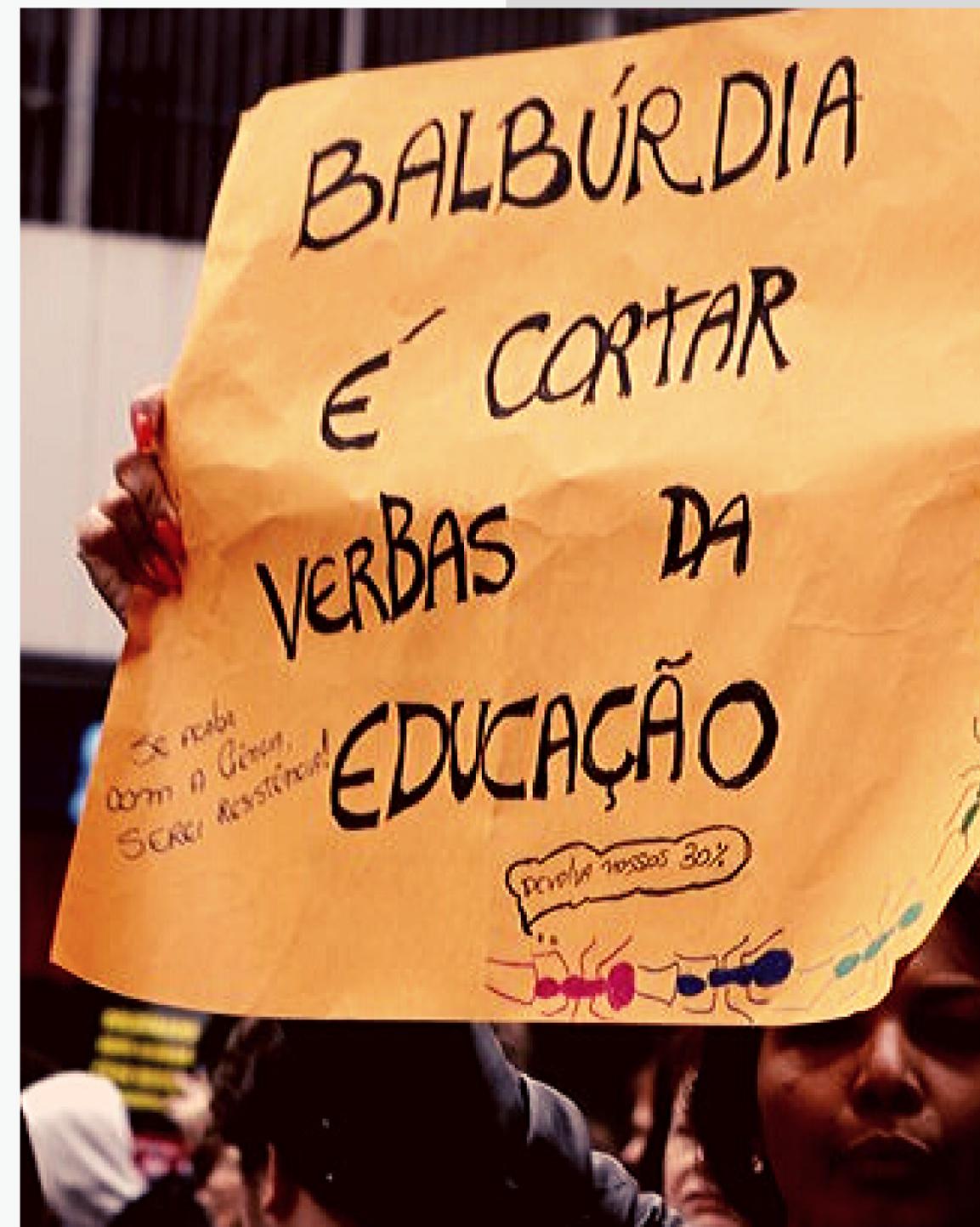
CIRCULAR 08/2020 SPO/MEC

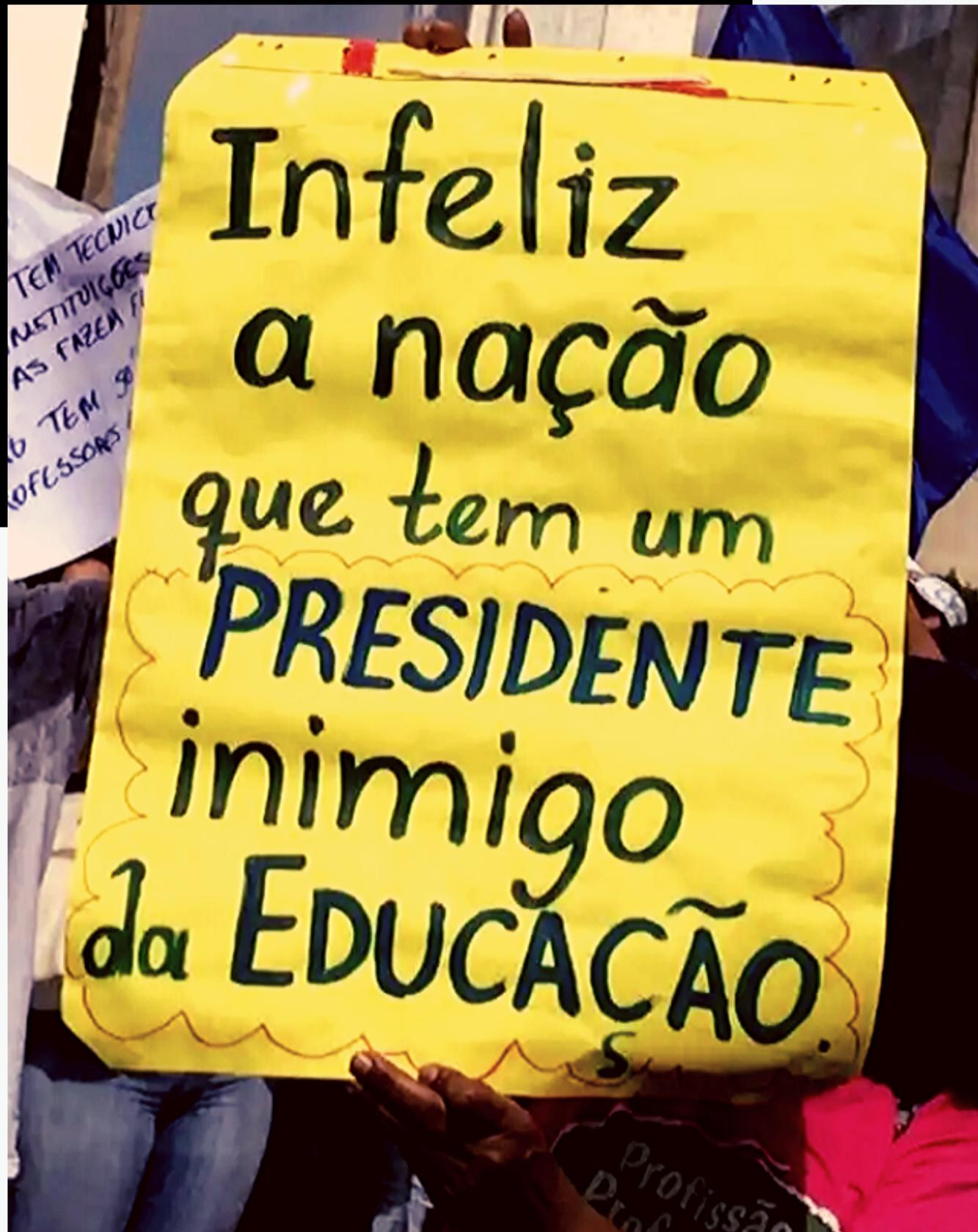
Redução do orçamento à educação, de 122,9 bi (2019) para 103,1 bi (2020);

60% liberado e os outros 40% (Tomo II) a ser votado até agosto: **Chantagem para a aprovação das Reformas Administrativa e Tributária;**

Responsabiliza os(as) reitores(as) pelo pagamento da folha salarial (Lei de Responsabilidade fiscal), induzindo ao congelamento de gastos;

Orienta aos reitores(as) o não pagamento das: progressões, promoções, capacitações, qualificações, adicionais, licenças, benefícios (inclusive os de amparo legal, como vale-transporte), ajudas de custo e inviabiliza novas contratações.





Medida Provisória 914/2019

FIM DA AUTONOMIA E A DEMOCRACIA
DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

MEDIDA PROVISÓRIA 914/2019

Lista tríplice para reitores;

Fim da paridade entre os segmentos:

TAE 15% - Estudantes 15% - Docentes: 70%;

Fim das eleições para Diretor Geral de Câmpus;

A qualidade de ensino nos Institutos Federais está associada, diretamente, à sua gestão democrática e participativa: eleições regulares; conselhos, representação estudantil (Grêmio, Centros Acadêmicos etc), Associação dos Trabalhadores da Educação (SINASEFE, por exemplo).

**SINASEFE-SP
APRESENTA 10
MOTIVOS PARA
REJEITAR O
PROJETO
FUTURE-SE**



1**Substituição da “autonomia de gestão financeira” por “autonomia financeira” das Instituições Federais**

Na prática, as instituições de ensino serão responsáveis pela captação de recursos e o Estado não terá mais responsabilidade pela manutenção financeira.

2**Organizações Sociais (OS's)**

Imposição das OS's como sistema de gestão representa a privatização das Instituições Federais. As OS's passarão a gerir o pessoal e patrimônio públicos e não haverá transparência na prestação de contas.

3**Instâncias Colegiadas**

Esvaziamento do sentido e das funções das instâncias colegiadas das instituições federais de ensino, que na prática, estarão subordinadas à gestão das Organizações Sociais (OS's) e dos Fundos de Investimentos privados

4**Fim do Tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão**

Indução ao afastamento do desenvolvimento da pesquisa básica, da interpelação dos problemas lógicos e epistemológicos da ciência e ao abandono da pesquisa histórico-social, sociológica, artística e cultural.

5**Ataque à Gestão Democrática**

O projeto descumpre os dispositivos legais de Gestão Democrática das escolas contida na CF e na LDB.

6**Educação como Mercadoria**

Subordinação do desenvolvimento de tecnologia aos interesses das empresas, limitando a liberdade de ensinar e apreender e, intensificando a diferença interna entre as distintas áreas do conhecimento.

7**Assistência Estudantil**

Desestruturação da política de acesso e permanência para os estudantes, desconsiderando a educação como um direito universal.

8**"Sociedades de Propósito Específico"**

Incentivo à microempresas, inscritas em Parcerias-Público-Privadas (PPP's), geridas pelas Organizações Sociais.

9**Empreendedorismo**

Desestruturação da carreira docente com prejuízo da dedicação exclusiva, além do incentivo às Parcerias-Público-Privadas (PPP's) e ao conceito de professor “empreendedor” que será responsável por captar recursos para realizar suas atividades; Aplicação da lógica "meritocrática" e competição entre os alunos para obtenção do título de “aluno empreendedor”.

10**Concursos Públicos**

Contratação celetista de professores via Organizações Sociais, com dedicação apenas à sala de aula, acarretando o fim dos concursos públicos.



**BASTA DE
ATAQUES!**

**VAMOS
DERROTAR
BOLSONARO
NAS RUAS!**

**OS SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS DO INSTITUTO
FEDERAL DE SÃO PAULO
DEFLAGRARAM GREVE POR
TEMPO INDETERMINADO A
PARTIR DO DIA 18 DE MARÇO.**

GRAVE UM VÍDEO MANIFESTANDO SEU APOIO!

- CELULAR EM POSIÇÃO HORIZONTAL**
- TEMPO MÁXIMO: 1 MINUTO**

- ENVIE PARA O TELEFONE
(11) 98218-9552**



AGRADECIMENTOS:

Além das fontes citadas nos slides, utilizamos referências e colaborações de materiais elaborados pelos companheiros:

- Rogério de Souza (Docente IFSP São Roque, Membro do CONSUP IFSP);
- David Lobão (Docente IFPB, Membro da Coordenação do Sinasefe Nacional);
- Jean Zeferino (Docente IFSP Bragança Paulista, Coordenador Funcional do Sinasefe-SP).

S  **NA SEFE - SP**

Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
Seção Sindical São Paulo